

# Folha salarial subiu mesmo com crise no Grande ABC - Diário do Grande ABC



Raphael Rocha

Do Diário do Grande ABC



As administrações passadas evitaram colocar o pé no freio dos gastos com pessoal mesmo com a crise econômica atingindo em cheio os cofres municipais. Levantamento feito pelo Diário junto aos balanços financeiros do fim de 2014 e de dezembro de 2016 mostra que, apesar de arrecadação praticamente ficar estagnada no período, a folha salarial aumentou na região.

Entre 2014 e 2016 – segunda metade dos governos anteriores –, as receitas regionais subiram apenas 4,1%, passando de R\$ 12,27 bilhões para R\$ 12,77 bilhões. Em contrapartida, o montante destinado a pagar servidores pulou de R\$ 3,86 bilhões para R\$ 4,52 bilhões, alta de 17,15%.

A folha salarial inchada somada à queda real na arrecadação – se descontada a inflação de quase 20% no período – resultam no engessamento das contas públicas neste quesito. Tanto que os atuais prefeitos enfrentam dificuldades em conceder reajustes salariais ou até mesmo repor os índices inflacionários do ano.

Prova disso é Diadema. A cidade administrada por Lauro Michels (PV) conseguiu, na semana passada, acordo com o Sindema (Sindicato dos Servidores Públicos de Diadema) para melhorar apenas os benefícios, sem envolver salários, uma vez que os gastos com funcionalismo já estouraram o teto de 54% da receita determinado pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O governo diademense, entre 2014 e 2016, viu a arrecadação subir mísero 0,28% (passando de R\$ 1,263 bilhão para R\$ 1,267 bilhão), porém, ao mesmo tempo, a folha de pagamento cresceu 18,24% (de R\$ 584,5 milhões para R\$ 691,1 milhões).

O caso de Rio Grande da Serra também chama atenção. O município registrou alta na receita, de

15,38% (de R\$ 76,5 milhões para R\$ 88,3 milhões), entre 2014 e 2016, impulsionado pelo aporte do governo federal para obras de Mobilidade Urbana. Na mesma época, o prefeito Gabriel Maranhão (PSDB) acresceu o gasto com funcionário público em 33,13% (de R\$ 27,7 milhões para R\$ 36,88 milhões). O reflexo principal hoje é a dificuldade na quitação de notas emitidas por fornecedores na área da Saúde.

A cidade que apontou para maior alta na folha salarial no período foi São Caetano. O percentual de majoração foi de 19,12% (de R\$ 460,5 milhões para R\$ 548,6 milhões). A receita, entretanto, também subiu, passando de R\$ 1,17 bilhão para R\$ 1,3 bilhão – saltou 11,27%.

Em Santo André, o gasto com pessoal pulou 16,17% (de R\$ 983,5 milhões para R\$ 1,14 bilhão), enquanto a arrecadação permaneceu praticamente estável (melhora de 0,12%). Em São Bernardo, o funcionalismo passou a consumir 18,7% a mais (de R\$ 1,37 bilhão para R\$ 1,63 bilhão), para uma alta nos ganhos de 6,25%. Em Mauá, o empenho com servidores ficou 13,44% maior (de R\$ 281,6 milhões para R\$ 319,5 milhões).

Para tentar compensar os problemas orçamentários, os atuais prefeitos decidiram congelar parte dos cargos em comissão, reduzir o volume de pagamento de horas extras e cortar benefícios, como carros e celulares corporativos.